

A CIDADE É NOSSA

PSOL | CAMPO GRANDE - MS



ELEIÇÕES 2020

50
CRIS DUARTE PSOL VAL ELOY
PREFEITA COPREFEITA

"A CIDADE É NOSSA"
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PSOL/CG

PROGRAMA DE GOVERNO
2021-2024

CRIS DUARTE - Prefeita
VAL ELOY - Coprefeita

Campo Grande - MS
SETEMBRO DE 2020

APRESENTAÇÃO

O objetivo desse documento é apresentar uma plataforma de ações, ampla e transversal às políticas setoriais, para garantir a participação popular, promover a justiça socioambiental e defender as liberdades daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião, deficiência, geração ou cultura.

O que queremos é uma concepção de cidade, que debateremos com toda a sociedade nestas eleições e que construiremos juntos, de forma democrática, a partir da vitória de **CRIS DUARTE E VAL ELOY** e das forças políticas e sociais que apoiam essa candidatura coletiva.

A construção deste programa foi orientada pela convicção de que só a participação democrática será capaz de enfrentar os graves problemas que Campo Grande - MS apresenta.

Hoje são muitos campograndenses que cotidianamente sofrem violações a seus direitos mais básicos, especialmente aqueles que vivem nos bairros populares ou nas favelas. A cidade descarta, assim, a parcela da população que não interessa ao mercado. Os investimentos são bem vindos, mas a natureza da relação entre o poder público e o setor privado precisa ter como objetivo uma cidade mais justa, mais equilibrada e voltada para o bem estar das pessoas.

Defendemos o fortalecimento da democracia não somente nos gabinetes da prefeitura, mas em todos os espaços públicos, como escolas e hospitais, através da ampliação de mecanismos de acesso à informação, de consulta popular e de controle social nos processos de tomada de decisão. Precisamos escapar das formas domesticadas de participação. Desejamos uma democracia por inteiro, não pela metade. Mais do que uma reforma institucional, almejamos a transformação do poder e da forma de exercê-lo. Acima de tudo, acreditamos que governar não é dirigir. Governar é dar as condições para que as pessoas possam dirigir a si mesmas.

Precisamos ouvir as vozes das ruas e construir um novo modelo de governo com e para as pessoas. Para isso, o poder público não pode se comportar como um balcão de negócios. Ao contrário, deve funcionar como um instrumento de promoção do interesse público. Da arte ao lazer, da saúde à educação, da segurança à mobilidade, do esporte ao carnaval, nossa meta é trabalhar por uma cultura de direitos que nos permita superar o atual modelo de desenvolvimento e construir um novo futuro para Campo Grande - MS.



É no cotidiano da cidade que os resultados de muitas decisões públicas se materializam. Por isso, o debate político contemporâneo não pode prescindir da discussão sobre o direito à cidade e a democratização da vida urbana: do orçamento público aos mecanismos de transparência, das políticas setoriais à gestão dos bairros, dos institutos de pesquisa às secretarias municipais, queremos transformar a forma de fazer política na cidade.

Além de dispor de várias universidades, Campo Grande - MS conta também com técnicos de carreira qualificados. E é a este patrimônio que precisamos recorrer para reorganizar nossos órgãos de planejamento e aprimorar os métodos de monitoramento dos indicadores, de elaboração das projeções e de integração dos diferentes setores da administração pública. É preciso envolver os centros de pesquisa (acionando toda a comunidade acadêmica: alunos, professores e funcionários) em uma política de recomposição da máquina pública do município, com ênfase na sistematização de dados e produção de modelos técnicos para a organização de mecanismos democráticos de gestão socioambiental dos territórios.

Queremos uma estrutura de governo que priorize a **ética, transparência pública e a participação popular**, se oriente em torno de políticas de promoção da liberdade e da diversidade, e garanta um planejamento urbano atento à justiça socioambiental. Só assim conseguiremos democratizar a cidade e construir alternativas sustentáveis que respeitem a história de cada região.

Prioridades e compromissos:

- **Transparência e Combate à Corrupção** - Divulgação clara e compreensível das contas públicas e disponibilização dos editais, convênios e contratos em plataforma que permita a visualização da cadeia completa de ações e processos;
- **Valorizar o servidor público**, por meio de capacitação, melhores condições de trabalho, ampliação do plano de carreira, elaboração de políticas contra assédio moral e sexual, redução dos cargos comissionados e realização de novos concursos públicos para contratação de pessoal;
- **Inovação e Modernização da Gestão Pública** - Adoção de abordagens inovadoras no uso da tecnologia, com aplicações baseadas na internet, que permitam reorganizar em profundidade os serviços municipais, rompendo com processos e dinâmicas de trabalho ultrapassadas e criando novos padrões para processos críticos da gestão municipal;
- **Reestruturar o organograma das secretarias da prefeitura** para aperfeiçoar o uso dos recursos públicos e garantir a integração dos órgãos estatais de forma que a execução das ações de governo nas diferentes regiões da cidade seja mais eficaz, eficiente e efetiva;

- **Garantir que cada secretaria da Prefeitura realize audiências públicas regulares para apresentar balanços semestrais das ações implementadas e daquelas que estão em fase de estudos, incluindo a apresentação das verbas destinadas às secretarias e as aplicações feitas;**

- **Resgatar os programas setoriais aprovados pelos conselhos de políticas públicas nas conferências municipais realizadas nos últimos anos, visando uma sistematização do acúmulo de propostas formuladas, bem como incentivar a realização regular de novas conferências temáticas;**

- **Planejar a implantação dos fundos municipais que ainda não foram totalmente implementados, consolidar a legislação sobre esses fundos, bem como os mecanismos para a divulgação e transparência dos recursos aplicados através deles;**

- **Desenvolver um Programa Municipal de Orçamento Participativo, cujo objetivo será realizar consultas públicas através de plataforma digital e organizar o debate orçamentário do município dentro dos conselhos regionais e dos conselhos municipais de políticas públicas.**

- **Implementar um sistema de rede sem fio que garanta internet pública, gratuita e de qualidade para redes móveis de alta velocidade em todo o município (começando pelos bairros populares precariamente atendidas pelo sistema privado de telefonia móvel e internet), com a progressiva ampliação do acesso em lugares como praças, escolas, bibliotecas e órgãos públicos, reconhecendo o caráter essencial do acesso à internet de qualidade.**

- **Estabelecer convênios com as universidades públicas e institutos de pesquisa localizados no município para garantir um programa de aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de métodos operacionais para a qualificação dos servidores públicos da Prefeitura e da Câmara Municipal;**

- **Promover a igualdade de gênero, e o acesso igualitário de homens e mulheres na administração pública, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas machistas, à violência de gênero e a todas as formas de discriminação contra a mulher;**

- **Promover a igualdade racial e o acesso igualitário de todas as etnias à administração pública, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas racistas, à violência racial e a todas as formas de discriminação contra qualquer etnia;**

- **Promover os direitos LGBT e o acesso igualitário da população LGBT à administração pública, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas lesbo/homo/bi/transfóbicas, à violência lesbo/homo/bi/transfóbica e a todas as formas de discriminação contra a população LGBT;**

- **Garantir a laicidade do Estado, em todas as suas instâncias e, em particular, na educação pública, a não ingerência das igrejas nas políticas públicas, a liberdade de crença e de não-crença e o pleno exercício dos direitos de todas as comunidades religiosas, assim como dos ateus e agnósticos, sem discriminação ou privilégios de qualquer tipo;**

- **Promover os direitos e o acesso da pessoa com deficiência na administração pública.**



Se os recursos públicos forem bem geridos, a cidade será capaz de gerar desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo para o bem-estar da sua população.

O poder público municipal deve incentivar e promover atividades econômicas com essa finalidade. Exemplo disso seria a inversão de as prioridades orçamentárias do município, valendo-se dos gastos públicos para promover o desenvolvimento econômico local.

Prioridades e Compromissos:

- **Combate permanente à sonegação e à corrupção** propondo melhoria na gestão da secretaria de finanças via racionalização dos processos administrativos e uso dos recursos materiais e intensificando a fiscalização tributária e o fortalecimento dos órgãos municipais, como a Controladoria Geral do Município - CGM.

- **Auditar a dívida pública do município** para analisar a legalidade dos empréstimos contraídos e examinar o impacto de médio e longo prazo dos contratos e convênios estipulados para sua consolidação, bem como a evolução dos desembolsos para o serviço da dívida;

- **Auditar os contratos e procedimentos operacionais de concessões municipais** que apresentem indícios de não cumprimento satisfatório das condições de legalidade, morosidade, razoabilidade, equilíbrio econômico-financeiro eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos.

- **Criar o Programa de Novas Centralidades**

As intervenções urbanísticas propostas pelo programa abrirão investimentos públicos (escola, EMEI, centro cultural, esportivo, restaurantes populares, praças com acesso a internet e serviços privados de necessidade local (Correios, Poupa-tempo, lojas, postos de atendimento de cartórios, lotéricas, agências bancárias e etc) em áreas periféricas que apresentem potencial para se tornar centralidades.

Isenções fiscais e estímulos aos investimentos também serão utilizadas para a consolidação das novas centralidades. Cada intervenção deve merecer um projeto específico, a ser formulado e debatido com a comunidade local, em parceria com associações e entidades capazes de apoiar, a implantação da proposta.

- **Criar o Banco Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico de Campo Grande/MS**, com a função de articular os processos de captação e alocação de recursos em projetos que promovam a distribuição de renda (RENDA BÁSICA MUNICIPAL), implemente um programa de crédito popular para trabalhadores autônomos, cooperativas, pequenos e médios comerciantes que queiram e empreender na cidade e incentivem economias de baixo impacto ambiental, dando o suporte (incentivos fiscais, suporte técnico, formação e qualificação profissional).

- **Investir no potencial de ecoturismo da cidade**, monitorando o impacto socioambiental sobre os roteiros existentes e mapeando novos circuitos que estão fora dos circuitos tradicionais do turismo na cidade;



JUSTIÇA SÓCIOAMBIENTAL

ecologia urbana, soberania alimentar e direito dos animais

Queremos apostar em um planejamento urbano que considere o papel do município dentro da dinâmica socioambiental. A cidade deve ser administrada a partir de um programa que contemple a relação entre os diferentes territórios, suas bases naturais, características sociais e memórias comunitárias. É necessário ter um plano integrado que respeite o meio ambiente, as culturas locais, a soberania alimentar e a matriz socioeconômica de cada região. Precisamos tornar Campo Grande- MS mais saudável e ecológica.

Prioridades e compromissos:

- **Estabelecer metas, para garantir a redução progressiva do consumo de fontes de energia fósseis e diminuição gradativa da emissão de gases poluentes na cidade, com foco nos transportes públicos e nos empreendimentos industriais do município.**
- **Estabelecer metas, para garantir a progressiva transformação da matriz energética da cidade, priorizando a adoção de energias renováveis e estimulando o uso da energia solar.**
- **Refazer o Zoneamento Ecológico-Econômico da cidade, priorizando estratégias de preservação de ecossistemas e modos de vida tradicionais (povos indígenas, quilombos).**
- **Ampliar a rede de Unidades de Conservação do município de forma integrada com a criação de parques urbanos, restauração ecológica de praças e a arborização urbana da cidade, com o objetivo de implementar uma política de manutenção e recuperação de ecossistemas nativos da cidade, levando sempre em consideração as funções ecológicas dos diferentes espaços e sua relação com a população local;**
- **Combater as indústrias poluidoras e desmatadoras em geral, estabelecendo critérios rígidos de fiscalização e monitoramento dos impactos gerados por grandes empreendimentos.**
- **Progressiva implementação de uma política de iluminação pública baseada em lâmpadas econômicas (LED), bem como realizar estudos para planejar a viabilidade de iluminação urbana por placa solar.**
- **Progressiva implementação de telhados verdes e muros vivos cobertos por plantas nos edifícios, muros, passarelas e viadutos públicos da prefeitura;**
- **Implementar uma política de incentivo fiscal aos imóveis privados que implementarem telhados verdes e muros vivos cobertos por plantas;**
- **Revisar, regular e fiscalizar os contratos de concessão de água e esgoto garantindo o cumprimento das metas e/ou o estabelecimento de novas metas.**
- **Progressiva implementação de uma política municipal de Lixo Zero baseada em coleta seletiva, reciclagem e compostagem, voltada para a limpeza urbana e a destinação adequada dos resíduos sólidos da cidade;**

- **Promover a valorização dos catadores de resíduos sólidos** através de ações que visem à transformação dessa atividade em uma oportunidade digna de geração de renda, tais como capacitação técnica, fornecimento de equipamentos, apoio a formação de cooperativas, assistência social e educacional, e mecanismos de compensação e remuneração pelos serviços públicos prestados;

- **Realizar um inventário da situação das organizações de catadores**, avaliar como está o grau de formalização (trabalhista, societário e ambiental), a qualidade das infraestruturas de trabalho, bem como a capacidade produtiva das organizações;

- **Ampliar roteiros de coleta seletiva** para regiões estratégicas da cidade;

- **Realizar campanhas de sensibilização da população** com acesso ao serviço de coleta seletiva;

- **Fomentar a implantação de indústrias de reciclagem e aproveitamento de resíduos na cidade.**

- **Mapear a produção agrícola da cidade e as fontes externas de abastecimento**, priorizando a articulação de uma rede municipal de agricultura familiar baseada na agroecologia, incentivando pesquisas sobre produtos e técnicas utilizadas na produção dos alimentos e seus impactos sobre a saúde da população;

- **Promover programas de capacitação para o cultivo agroecológico de alimentos** com o objetivo de formar agentes que atuem em suas comunidades;

- **Promover políticas de incentivo à agricultura familiar** baseada na agroecologia (com foco na assistência técnica aos agricultores).

- **Promover políticas de incentivo às feiras, aos mercados e aos restaurantes populares agroecológicos;**

- **Promover políticas de incentivo aos estabelecimentos que comercializam alimentos orgânicos;**

- **Incentivar a organização e manutenção de hortas comunitárias (verticais e planas), baseadas em tecnologias agroecológicas, nos espaços urbanos e ociosos do município**, inclusive com a cessão de terrenos públicos, na busca de promover a soberania alimentar da cidade.

- **Garantir que os alimentos cultivados nas hortas vão para as famílias que participam do projeto** e o excedente seja comercializado com a população local, combatendo a fome de pessoas em risco social, dando oportunidade de agregação de renda às famílias e desenvolvendo hábitos alimentares saudáveis.

- **Implementar um sistema de fiscalização e monitoramento da qualidade dos alimentos oferecidos nas grandes feiras convencionais e nas redes de supermercado do município**, de forma a combater a presença de produtos químicos em níveis acima dos parâmetros permitidos por lei.

- **Estabelecer metas para a progressiva implementação de, no mínimo, uma feira, um mercado e um restaurante popular agroecológico em cada região da cidade.**

- **Estabelecer metas para a progressiva implementação de um plano que garanta que toda a comida servida nos postos de saúde, hospitais, abrigos do CRASS, escolas da rede municipal seja produzida a partir dos princípios da agroecologia** (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos), preferencialmente no município.

- **Garantir programas de castração móvel no município, com consultórios volantes em complemento aos centros de esterilização gratuita, levando esse serviço a toda as regiões da cidade de forma planejada e crescente;**
- **Proibir o uso de câmaras de gás para eutanásia de animais doentes ou sadios na cidade do Campo Grande - MS;**
- **Proibir o uso de qualquer método para eutanásia de animais sadios ou com doenças tratáveis recolhidos em vias públicas na cidade do Campo Grande MS;**
- **Planejar o progressivo banimento do uso de animais em veículos de tração e carga, promovendo a capacitação dos trabalhadores de carroças e charretes e investindo na adoção de tecnologias de transporte que substituam os animais;**
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a criação de hospital veterinário municipal que preste serviço de atendimento a emergências, doenças graves e outros tratamentos não disponíveis nas clínicas veterinárias privadas;**
- **Incentivar projetos de educação ambiental para a defesa dos direitos dos animais, bem como campanhas de conscientização contra o abandono de animais, pela necessidade da castração e pela necessidade de se denunciar maus-tratos e abandono;**
- **Criar programas de acolhimento de animais resgatados de abandono e maus-tratos;**
- **Criar um sistema de informações voltado para o combate aos crimes contra os animais.**



TRABALHO DIGNO E GERAÇÃO DE RENDA
redução das desigualdades

A cidade que queremos merece um projeto que possibilite o trabalho digno e decente para todos os cidadãos, levando em consideração as dimensões de classe, gênero, e raça.

As principais despesas correntes de consumo das famílias concentram-se nas áreas de moradia, mobilidade e alimentação (setores onde as políticas municipais tem uma grande incidência).

Está mais do que na hora de Campo Grande apostar no fortalecimento da democracia para produzir estratégias inovadoras e construir um projeto alternativo de cidade. Para isso, é necessária a construção de um modelo de gestão que envolva diferentes categorias e garanta a promoção de direitos há muito reivindicado pelas trabalhadoras e trabalhadores. Queremos adotar um plano baseado em cinco princípios: transparência, participação, desburocratização, valorização e inclusão. Sonhamos, assim, com uma cidade que promova a distribuição de renda e reduza as desigualdades sociais.

Prioridades e compromissos:

- **Criação Valorizar a de trabalhos dignos e decentes, ou seja, aqueles adequadamente remunerados e em que os trabalhadores têm condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade;**

- **Incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas com baixo impacto ambiental** como, por exemplo, o turismo, tecnologia cultura e a pesquisa;
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para implementar um programa de crédito popular no qual trabalhadores autônomos e cooperativas terão prioridade, para apoiar o autoempreendimento, dando o suporte necessário às pessoas que queiram empreender na cidade, sobretudo em se tratando de micro e pequenos negócios (incentivos fiscais, suporte técnico, formação e qualificação profissional).**
- **Fortalecer Incubadoras de Cooperativas Municipais** para incentivar o surgimento de novas cooperativas e a manutenção das existentes (de trabalho, de produção, de comercialização, etc) que proporcionem meios de subsistência e renda para trabalhadores desempregados e que sejam capazes de estimular a prática da autogestão e o trabalho coletivo e colaborativo, em detrimento de ações isoladas e individualista.
- **Apoiar o comércio de bairro, priorizando investir na infraestrutura e mobiliário urbano de qualidade (em especial, iluminação e banheiros públicos) em torno dos polos gastronômicos, centros de comércio popular e espaços públicos de cada região, articular a integração ao sistema de transporte público, garantir segurança, e promover a fiscalização e orientação sobre a logística atrelada ao comércio (horários e locais de carga e descarga);**
 - **Cadastrar e oferecer programas de capacitação para ambulantes.**
 - **Fiscalizar os grandes distribuidores do comércio informal (arrecadação de tributos, relações de trabalho, condições sanitárias dos produtos, etc).**
 - **Extinguir as regras que, durante o carnaval e outros grandes eventos, obrigam os vendedores ambulantes a comercializarem apenas uma marca.**
 - **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de programas de emprego direcionados especificamente para a inclusão de jovens e de idosos no mercado de trabalho, pois são grupos com maior dificuldade de inserção;**
 - **Incentivar e oferecer condições para a organização produtiva de mulheres em condições de vulnerabilidade social em suas localidades, notadamente moradoras de favelas e bairros pobres;**
 - **Oferecer, em conjunto com a Secretaria de Educação e a FUNSAT, cursos voltados para a formação profissional de transexuais e travestis, visando ampliar as alternativas de inserção no mundo do trabalho.**
 - **Fortalecer a fiscalização sobre situações de trabalho análogo ao de escravo;**
 - **Implementar programas voltados para a redução progressiva da taxa de acidentes de trabalho na cidade;**
 - **Reestruturar, em diálogo com o conjunto dos servidores, os programas de atendimento à saúde do servidor público;**

Hoje não se faz habitação para morar, mas para negociar. A política habitacional é submetida aos interesses de mercado do cartel de empreiteiras que se revezam nos principais contratos de obras públicas. Como a localização do terreno fica a critério das construtoras, as casas são erguidas em áreas distantes e isoladas, onde o custo da terra é mais baixo. São regiões onde não há a mínima infraestrutura urbana: o cidadão ganha uma casa, mas perde a cidade, porque não há linhas de ônibus, escolas públicas, unidades de saúde ou rede de saneamento no local.

Não existe um planejamento socioambiental comprometido com a gestão democrática dos territórios que garanta a função social da propriedade e promova o direito à cidade. O mercado imobiliário é que decide as prioridades.

Queremos construir uma política habitacional voltada para a integração regional e o desenvolvimento comunitário. Para isso, é necessário dar fim à atual política de remoção forçada de favelas, garantir mecanismos de regularização fundiária e controle da valorização da terra e priorizar a destinação das terras públicas do município para programas de moradia popular. Enfim, precisamos criar medidas que permitam o acesso à moradia pela camada econômica de baixa renda em áreas centrais da cidade.

Prioridades e compromissos:

- **Criar o Conselho Municipal de Habitação**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de moradia;
- **Produzir novos circuitos urbanos que articulem trabalho, moradia e mobilidade** para reverter tanto à concentração territorial dos postos de trabalho quanto à dispersão dos locais de moradia em espaços urbanamente precários e afastados das áreas com infraestrutura urbana consolidada;
- **Implementar novos programas de habitação de interesse social** para garantir acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários mínimos, por meio da aquisição de imóveis para fins habitacionais e da realização de obras e serviços voltados à modificação de uso e ocupação de imóveis que resultem em lotes urbanizados ou unidades habitacionais;
- **Reconverter, em parceria com a União e o Governo do Estado, os imóveis públicos subutilizados e vazios para fins de moradia por meio de programas de locação social**, onde o valor do aluguel é subsidiado pela prefeitura – ficando vinculado à renda familiar e não ao valor de mercado do imóvel – e a família que reside tem o direito à moradia garantida pela prefeitura, o que protege o locatário dos processos de gentrificação promovidos pelo mercado imobiliário;
- **Aplicar instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para desestimular a presença de imóveis privados subutilizados, vazios ou abandonados;**

- Criar um programa municipal de assistência técnica para a requalificação urbana das favelas, loteamentos, assentamentos rurais, comunidades tradicionais e ocupações consolidadas;



Vivemos em pleno colapso da mobilidade. Décadas de privatizações sucatearam os serviços de transporte de massas. Contratos foram assinados sem qualquer avaliação de sua viabilidade técnico-operacional ou de sua efetividade quanto à qualidade do serviço ao público. A atual política de transportes é conduzida, assim, de acordo com os interesses de empresas de ônibus.

Queremos acabar com a falta de transparência e abrir a “caixa-preta” do sistema: não dá mais para deixar que a população seja refém de um pequeno grupo de grandes empresários que só pensam em seu próprio lucro e oferecem, há décadas, um serviço caro e de péssima qualidade. É preciso pensar com originalidade. A luta por uma mobilidade enquanto direito universal deve ser a metaprioritária.

Prioridades e compromissos:

- **Planejar uma política de mobilidade urbana sustentável** pautada na estruturação de uma rede hierarquizada e equilibrada de acessibilidade e mobilidade para a cidade, priorizando os deslocamentos a pé, os modos não motorizados e o transporte público;

- **Criar um Fundo Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável**, a partir de fontes de arrecadações como multas de trânsito, repasses federais e estaduais e instrumentos urbanísticos e priorizar investimentos para melhorar a qualidade do transporte público, do transporte não motorizado e da mobilidade dos pedestres;

- **Auditar os contratos e procedimentos operacionais de concessionárias, prestadoras ou fornecedoras de bens e serviços relacionados à mobilidade urbana** que apresentem indícios de não cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico-financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos.

- **Avançar numa política tarifária social.**

- **Propor linhas específicas para o período noturno**, garantindo uma frequência adequada às diversas demandas deste período;

- **Nomear todos os pontos de ônibus**, no sentido de criar um sistema integrado de informações da mobilidade, com uma identidade visual simples e intuitiva;

- **Instituir o primeiro Plano Municipal Cicloviário**, com o objetivo de qualificar e integrar as vias cicloviárias e as calçadas com os outros modais de transporte na cidade, de acordo com a real demanda da população.

- **Progressiva implementação de um sistema de sinalização específico para ciclistas e pedestres;**

- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir que os sinais luminosos sejam acompanhados por sinais sonoros;
- Garantir sinalização adequada para as pessoas cegas poderem detectar obstáculos nas ruas;



SAÚDE

gestão democrática, qualidade no atendimento e valorização profissional

Apoiamos o projeto histórico da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS). Entendemos que a saúde tem relação direta com a classe social e as condições de vida de cada cidadão. Ou seja, a saúde está relacionada às circunstâncias de trabalho, ao saneamento básico, à qualidade do transporte, às políticas de educação, ao direito ao lazer, entre outros pontos. Queremos contribuir para o fortalecimento da luta por um sistema de saúde com acesso universal, integral, gratuito e igualitário.

Prioridades e compromissos:

- Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde, dando-lhes estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de saúde;
- Estabelecer metas, para construir e instalar, com apoio de recursos estaduais e federais o Hospital Público de Campo Grande/MS.
- Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias, como Cultura, Habitação, Trabalho, Educação etc;
- Realizar concursos públicos para a recomposição do quadro de servidores, em gradual substituição dos trabalhadores terceirizados;
- Promover a revisão e auditoria de todos os contratos de terceirização de serviços e privatização da gestão celebrados pelo governo anterior: OS's e OSCIP's, Fundações Estaduais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas;
- Encerramento dos contratos de aluguel de equipamentos e dos contratos sem licitação;
- Estabelecer metas conforme diagnóstico para reformar, ampliar e reorganizar progressivamente todas as unidades básicas de saúde municipais, principalmente aquelas em situação precária de instalações e funcionamento;
- Fortalecer uma nova cultura de atenção ao cidadão e de condições dignas de trabalho nas unidades de saúde, valorizando estes trabalhadores através da criação de instrumentos de educação permanente, democratizando os mecanismos de produção, acesso e circulação de informações em saúde para a redução das desigualdades sociais;
- Ações de comunicação e informação em saúde, tanto para a melhoria da formação dos trabalhadores da saúde como para a educação e conscientização dos cidadãos;
- Investir em mais saúde para os trabalhadores da saúde.
- Ampliar a Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família (ESF), inclusive ampliando o piso básico de remuneração dos trabalhadores;

- **Construir unidades de atendimento a partir das necessidades de saúde dos territórios.**
- **Ampliar o quadro de especialistas nas UPAs.**
- **Reestruturar a atenção especializada na rede assistencial do município, junto a todas as especialidades médicas;**
- **Implementar no âmbito municipal os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com o objetivo de promover a equidade étnico-racial nas políticas de saúde da cidade;**
- **Promover cursos de formação sobre as especificidades das minorias étnicorraciais, capacitando os servidores e gestores da saúde pra lidar com as questões específicas dessa população;**
- **Garantir a efetiva aplicação das portarias do Ministério da Saúde do governo federal e do Sistema Único de Saúde (SUS) para o processo transexualizador, aplicando verbas e desenvolvendo um programa para a formação e capacitação de profissionais da saúde, criando unidades de atendimento em hospitais públicos do município e estabelecendo a não-patologização das identidades trans e a redução das barreiras burocráticas- administrativas para o acesso a esse direito dentro do âmbito de competência da prefeitura;**
- **Garantir o atendimento integral, humanizado, transdisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno- infantil desde o pré-natal até a atenção ao recém-nascido;**
- **Investir em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto humanizado;**
- **Abrir concurso público para doulas certificadas em todas as unidades hospitalares que atendam partos;**
- **Fortalecer programas de estágio de doulas para garantir a formação dessas profissionais;**
- **Garantir a ampliação da rede de serviços de saúde mental nos bairros com maior demanda: CAPS III, CAPSi, CAPS AD, CAPS AD III, Centros de Convivência/Cultura, Cooperativas Sociais, Consultórios de Rua, Escolas de Redutores de Danos, entre outros;**
- **Fortalecer uma política municipal intersetorial de atenção integral a pessoas que usam álcool e outras drogas, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde;**
- **Criar programas especiais de acesso à saúde para comunidades tradicionais e povos indígenas localizados no município;**
- **Garantir recursos financeiros para ações municipais de vigilância sanitária e ambiental, prestando assessoria técnica e estabelecendo um plano de ação articulado, que dê respostas aos problemas sanitários e ambientais do município;**
- **Promover a formação, a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos em vigilância sanitária e ambiental, buscando a fixação desses profissionais e a garantia de condições dignas de trabalho e salário;**
- **Qualificar o trabalho de vigilância sanitária e ambiental por meio da incorporação de tecnologias de informação e do aprimoramento do uso daquelas que estão disponíveis;**
- **Incentivar a participação de representantes da sociedade civil organizada para o acompanhamento das inspeções de vigilância sanitária e ambiental;**
- **Valorizar o sistema de ouvidoria do SUS**

- Promover propagandas sobre o uso racional de medicamentos e a alimentação saudável e segura, de acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira (documento elaborado pelo Ministério da Saúde);
- Implementar ações para fazer cumprir a legislação sobre propaganda de bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos e outras áreas da saúde.



EDUCAÇÃO

gestão democrática, autonomia pedagógica e valorização profissional

Hoje os investimentos realizados na área da educação não estão em acordo com as demandas das comunidades escolares. Faltam canais efetivos de escuta para democratizar a gestão e planejar as prioridades das políticas de educação em conformidade com as reais necessidades das escolas.

Para mudar esse cenário, precisamos modificar radicalmente os princípios que norteiam toda a política de educação em Campo Grande/MS, apostar na Gestão Democrática da Rede, fortalecendo o processo de eleição direta de diretores das escolas e EMEIS, mas também fortalecendo os mecanismos de participação direta das comunidades escolares na definição dos objetivos, no diagnóstico dos problemas e na produção de demandas ao poder público, que deve assegurar a resolução de tais demandas. É necessário promover a Autonomia Pedagógica, com a valorização dos Projetos Políticos Pedagógicos, estimulando a capacidade criativa dos profissionais da rede municipal. É fundamental investir na valorização salarial dos servidores da educação através de seus planos de carreira, com progressões significativas por formação acadêmica e tempo de serviço. Por fim, é importante alcançar a universalização da Educação Integral na rede municipal de educação e integrar as políticas de cultura e educação para transformar as escolas municipais em pólos de preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular.

Somente assim iremos avançar na defesa de uma educação pública, de qualidade, democrática, laica e socialmente referenciada. Educação não é um negócio, escola não é fábrica e aluno não é mercadoria.

Prioridades e compromissos:

- **Fortalecer o Conselho Municipal de Educação**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de educação;
- **Avaliar e Monitorar o desenvolvimento das metas do Plano Municipal de Educação**
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva ampliação dos recursos destinados à educação;**
- Reconhecer e respeitar as representações sindicais de cada segmento dos profissionais da rede municipal de educação;
- **Garantir estrutura adequada nas escolas municipais**, em especial, a climatização e acústica das salas de aula, a construção (ou reforma) de quadras poliesportivas, a ampliação das bibliotecas e salas de informática, bem como o estabelecimento de metas para

que toda a comida servida nos escolas e EMEI da rede municipal sejam produzidas a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos);

- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo alcançar a universalização do atendimento na educação infantil.

- Incentivar o aprimoramento acadêmico dos professores, por meio de adicional para pós-lato sensu, mestrado e doutorado, bem como a garantia de licenças remuneradas para estudo.

- Garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos e reflitam o dimensionamento atual da rede municipal de educação;

- Progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo a extinção das terceirizações e contratos precários com a gradativa abertura de concurso público para funcionários da redemunicipal de educação;

- Garantir a laicidade nas escolas da rede municipal de educação.

- Investir na formação de professores e em material pedagógico para combater o machismo, a homo/lesbo/bi/transfobia e a discriminação racial nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando sua ativa participação na erradicação de todas as formas de preconceito;

- Investir na formação de professores e em material pedagógico para promover a valorização e o reconhecimento das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando sua ativa participação no combate ao preconceito e à discriminação contra as religiões de matriz africana e as culturas originárias;

- Promover a inclusão e valorização das culturas de matriz africana e indígena nos conteúdos curriculares das escolas públicas do município, visando à erradicação de todas as formas de preconceito contra elas e a valorização de sua contribuição à formação da sociedade brasileira;

- Promover a Autonomia Pedagógica, com a valorização dos Projetos Políticos Pedagógicos elaborados por cada unidade escolar.

- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo alcançar a universalização da Educação em tempo Integral na rede municipal de educação.

- Integrar as políticas de cultura e educação para transformar as escolas municipais em pólos de preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular;

- Garantir equipes multidisciplinares de apoio psicológico e social a alunos, familiares e profissionais de educação em toda a rede municipal de educação;

- Auditar e verificar a possibilidade de encerramento dos contratos com empresas privadas que implementam projetos educacionais na rede municipal de educação, dando condições e suporte para que os projetos construídos pelos próprios profissionais da rede ou em convênios com universidades públicas sejam implementados, respeitando sempre a

autonomia pedagógica e o Projeto Político Pedagógico de cada escola;

- **Garantir realização de concursos públicos para profissionais administrativos da educação, bem como melhorar a remuneração desses profissionais.**
- **Garantir concurso público para Coordenadores Pedagógicos**
- **Garantir que cada escola pública de campo grande tenha pelo menos uma sala de leitura ou uma biblioteca e laboratório de informática funcionando com estrutura e profissionais adequados para a função.**
- **Garantir o acesso de internet de qualidade em todas as escolas da rede municipal de ensino.**
- **Incentivar a Literatura produzida por Escritores da cidade**
- **Incentivar a LEITURA, LITERATURA e o LIVRO na CIDADE.**



CULTURA

Para matar a fome de direitos, prosperidade e liberdade

Nosso plano para a Cultura e para Campo Grande quer **reconhecer a potência de seus Territórios diversos**. Uma cidade onde a ideia de Centro é repensada, redesenhada, para fazer ver uma **polis multicêntrica** onde o diálogo é contínuo entre os diferentes territórios com atuação e deliberação em todos os Territórios.

A possibilidade de fluir da Cultura, em movimento alternado, cuja direção muda, garantindo afetações diversas e capacidade deliberativa para todos os Territórios.

Uma cidade que pensa a sua Cultura e reconhece seu papel fundamental na constituição de programas capazes de desmontar a estratégia capitalista de invisibilizar a periferia.

Entendemos o caráter emancipador da Cultura, e a possibilidade de construção da cidade de todas e todos, por isso no nosso governo, a cultura não será “enfeite” e nem mercadoria, será ação prioritária.

Potencializar os Territórios, garantir meios de comunicação e acesso as tecnologias para ampliar as vozes e o espaços de corpos diversos nessa construção.

Reconhecendo os saberes da cultura indígena originária dos povos tradicionais e a cultura negra e quilombola, a cultura hip hop, as manifestações das diversas linguagens artísticas, dança, teatro, circo, música, artes visuais, cinema e as mais diversas manifestações culturais.

Mantendo sempre nosso compromisso com uma política cultural de estado, que prima pela liberdade de expressão e seja antirracista, antifascista, antimachista e anti-homofóbica.

Como dever do estado nos propomos a implementar e executar os marcos legais da Cultura e suas respectivas áreas teatro, dança, literatura, circo, moda, música, audiovisual, culturas populares, artesanato, artes visuais estabelecidos nas leis:

- Sistema Municipal de Cultura Decreto N. 12.382 de 17/06/14.
- Conferência Municipal de Cultura

- Plano Municipal de Cultura Lei 5.135, de 27/12/12.
- Metas do Plano Municipal de Cultura
- . Orçamento de 1% para Cultura
- Fundo Municipal de Cultura
- Fundo de Fomento ao Teatro

Compromissos e Prioridades:

· **Criar o Projeto de Descentralização da Cultura**, através de conferências populares em todos os territórios:

· Articular projetos (oficinas permanentes, espetáculos,shows, revitalização,adequação e criação de equipamentos culturais no centro e na periferia,além de fazer o fluxo de apresentações da periferia na região central levando em conta os meios de mobilidade).

· **Respeito, dignidade, valorização e direito cultural das comunidades indígenas e quilombolas rural e urbana** com determinações a partir das conferências comunitárias definidas em orçamento, metas e ações que levem em conta seus territórios e as demais políticas públicas.

· **Criar uma cultura de acessibilidade em LIBRAS e Audiodescrição com formação de profissionais e artistas**, além de parceria com outras entidades para a acessibilidade nos equipamentos e nos artigos, matérias, espetáculos, exposições, filmes e produtos culturais produzidos e financiados pela Prefeitura.

· **Investimento imediato de 1,0% do Orçamento geral na Cultura** para promover a ampliação progressiva de recursos em cultura, como determina o Plano Municipal de Cultura não implementado pelo governo municipal e Câmara municipal

· **Implementar e popularizar o Observatório da Cultura** pela Secretaria de Cultura , como parâmetro e metodologia de aplicação de recursos e informação à população do que é realmente aplicado de verbas públicas na cultura.

· **Garantia de não privatização dos espaços públicos da cultura na cidade.** Buscar a retomada dos espaços públicos abertos e fechados no centro e nas periferias

· **Fortalecimento dos grupos culturais nas suas comunidades, incentivando os artistas de bairro** com projetos com os quais recebam recursos.Exemplo: festividades culturais desenvolvidas nas comunidades indígenas urbanas

· **Discussão pública sobre o projeto de conclusão do Centro de Belas Artes.**

· **Mapeamento de praças e parques, reconhecendo esses espaços como equipamentos culturais dotados de infra- estrutura com programação e uso definidos conjuntamente com as comunidades.**

· **Abertura de espaços ociosos nas escolas públicas municipais para apresentações culturais.**

· **Criação de Centros Municipais de Cultura descentralizados.**

· **Valorização do carnaval das escolas de samba e do carnaval de rua**, com apoio aos blocos e calendário construído de forma democrática.

· **Discussão transparente das questões relativas ao Festival Boca de Cena, Semana do**

Teatro ,Semana da Dança - orçamento, forma de gestão , ocupação de espaços na periferia e na área central e o acesso da população em geral às atividades.

- **Discussão de um plano de reformas dos espaços culturais da cidade como Teatro do Paço, Esplanada Ferroviária que estão sucateados e necessitam de reparos.**

- **Não contratualização de nenhum espaço público, e sim parceria com grupos e entidades para ocupação de espaços públicos.**

- **Elaboração e implementação de um Plano Municipal do Livro e da Leitura com dotação orçamentária própria para a execução de políticas de descentralização do acesso ao livro e à leitura, melhoria das bibliotecas e o fomento à literatura e aos espaços de troca, como equipar os ônibus com “bolsos” para trocas de livros.**

- **Execução do contraturno cultural:** levar e trazer os alunos das escolas municipais, em seu contra turno, para a vivência cultural e cidadã de sua cidade, com sessões em espaços culturais e na própria escola para colocar os alunos em movimentação por sua cidade e seu patrimônio material e imaterial.

- **Fechamento de vias (como do centro histórico) aos domingos para veículos e ocupação com espetáculos urbanos para recuperação do espaço de convívio, discutindo e construindo junto com a comunidade.**

- **Recuperação da diversidade da convivência nas praças de Campo Grande articulada ao esporte e lazer, promovendo a acessibilidade através de brinquedos para cadeirantes, mini pistas de skate para jovens, academias para a terceira idade, bem como quadras de futebol, basquete e vôlei, bicicletário e canteiros comunitários, apresentações culturais com espetáculos de intervenção urbana nas áreas de circo, dança e teatro, bem como sessões de cinema ao ar livre e shows em praças.**

- **Criação de um Núcleo Circense e incentivo à arte circense, bem como viabilização de terrenos e estruturas para os circos de Lona.**

- **Debate democrático sobre a Esplanada ferroviária e Orla ferroviária:** Garantido andamento do projeto de ocupação do Corredor cultural da orla ferroviária, reabrindo o debate com a cidade sobre o tipo de espaço que lá deve ser construído e como ser ocupado.

- **Apoio e valorização à Banda Municipal de Campo Grande e Orquestra Municipal**

- **Visibilidade e apoio à realização de festivais de música com músicos independentes**

- **Valorização do Funcionário Público Municipal da SMC e Concurso Público para agentes culturais.**

- **Fortalecimento do Fórum permanente de discussão da Cultura - Valorização do Conselho Municipal de Cultura;**

- **Projetos específicos para a Capoeira - Fórum e Semana da Capoeira e projetos envolvendo crianças.**

- **Programa municipal do Livro - com aquisição de livros; como pensamos o livro; Universalização das Bibliotecas, funcionários qualificados, Investimentos. Atenção às Bibliotecas Comunitárias e pontos de leitura na periferia, garantindo a democratização do acesso ao livro e à leitura tão necessária a campo Grande.**

- **Construção de um sistema municipal de bibliotecas integrando: bibliotecas escolares, públicas e comunitárias.**

- Cedência de Espaços Públicos Ociosos da PMCG para atividades culturais em parceria com grupos, blocos e associações culturais.
- **Fundo do Audiovisual.**
- **Plataforma através do Orçamento Municipal de Cultura para incentivo às produções Culturais de Cinema.**
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a **progressiva ampliação do número de editais públicos** com recursos municipais, aplicados de forma regionalizada, com valores pequenos e médios, incentivando o pequeno produtor cultural;
- **Promover cursos de formação e programas de assistência técnica para artistas e agentes culturais** que venham a atuar em suas próprias comunidades, ocupando as ruas com música, capoeira e teatro, os muros com pintura e grafite, as praças com rodas de leitura, contação de histórias e oficinas literárias;
- **Estabelecer metas para a progressiva implementação, de um cineclube em cada escola municipal,** realizando oficinas de formação e garantindo a infraestrutura e dotação orçamentária necessária para que as escolas possam viabilizar a manutenção dos equipamentos e a aquisição de materiais e insumos, envolvendo os animadores culturais na organização das atividades;
- **Priorizar a realização de saraus, festivais e concursos populares** (música, teatro, dança, poesia, etc.), privilegiando os artistas locais e valorizando a história de cada região da cidade;
- **Criar zonas livres para grafite em todos os bairros da cidade;**
- **Criar a Coordenadoria de cultura popular** integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como principais funções assumir a organização do desfile das escolas de samba, dos blocos de Campo Grande/MS, privilegiando os valores culturais e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações, bem como assumir a organização do carnaval de rua, privilegiando os valores culturais, promovendo a ocupação democrática do espaço público durante o carnaval, e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados aos blocos de rua;



ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE A MISÉRIA

viver com dignidade

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) apresentou em 1993 um novo modelo de assistência social que se materializou em todo o país através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, o SUAS, que teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio de sua Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), é o sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil.

Queremos um modelo de gestão democrático, descentralizado e intersetorial que considere os fatores culturais e econômicos de cada território da cidade e organize os serviços e benefícios assistenciais de acordo com o grau de complexidade de cada caso,

visando à superação de situações de vulnerabilidade social. Defendemos o resgate dos princípios do SUAS e a promoção de uma política de assistência social pública, gratuita, integral e universal.

Prioridades e compromissos:

- Criar o Programa **RENDA BÁSICA DE CAMPO GRANDE/MS**. Será implantada por etapas, a critério do Poder executivo, em parceria com os governos estadual e federal, beneficiando famílias cadastradas no Cadastro Único, a começar pelas MULHERES/MAES.
- Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias, como Saúde, Cultura, Habitação, Trabalho, Educação, entre outras;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social, dando-lhes estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de assistência social;
- Valorizar o servidor público da assistência social em suas mais diferentes áreas, com a garantia de concurso público estatutário em todas as áreas, evitando a terceirização na execução dos serviços e contratação de profissionais;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir o funcionamento dos conselhos tutelares distribuídos conforme a população e indicadores sociais de cada área da cidade;
- Convocar eleição para o preenchimento dos cargos de conselheiros tutelares, com ampla publicização do processo eleitoral, como forma de valorização do papel do conselheiro, respeitando o processo unificado nacional;
- Promover uma política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, buscando a capacitação permanente de seus quadros, uma melhor distribuição conforme a população e indicadores sociais de cada região administrativa, um reajuste da remuneração, reformas das instalações físicas, aquisição de equipamentos de informática, carro, ampliação do quadro de funcionários para composição das equipes técnicas (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), criação de programas e cursos de capacitação técnica permanente, bem como a organização de encontros municipais para promover a troca de experiências e a articulação em rede;
- Colaborar com a Secretaria Municipal de Saúde na construção e implementação de uma Política Municipal de Atenção Integral a Pessoas que Usam Álcool e Outras Drogas;
- Implementar a Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua, a Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a Política Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente em Situação de Rua (CMDCA, 2009), em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP);
- Instalar um centro especializado de atenção à população em situação de rua;
- Elaborar um programa municipal para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo na cidade;



Ao contrário do que se costuma ler e ouvir, segurança não é nem sinônimo de polícia, nem de prisão. Segurança pública é o resultado da articulação de diversas políticas sociais visando à defesa, garantia e promoção da liberdade.

É preciso ter a coragem de promover uma mudança de olhar. Queremos ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros, promover a desmilitarização da Guarda Municipal e estimular o uso dos espaços públicos realizando reformas para garantir a ampliação da iluminação e o aprimoramento da acessibilidade das vias urbanas.

Além disso, é necessário valorizar os servidores da Guarda Municipal, garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho e um programa de assistência social e acompanhamento psicológico.

Prioridades e compromissos:

- **Implementar um novo modelo municipal de segurança cidadã mediante a reformulação dos planos de ação e a reordenação das prioridades estratégicas, com o foco na promoção da democracia, prevenção a violências e na garantia de direitos e na defesa das liberdades;**

- **Ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros.**
- **Elaborar um plano, junto com os conselhos de moradores de cada região para estimular o uso dos espaços públicos realizando reformas nas ruas, calçadas, praças e parques para garantir a ampliação da iluminação pública, a retirada das grades e o aprimoramento da acessibilidade, dando início a esse processo nos bairros e favelas que historicamente tiveram menos acesso a tais serviços públicos;**

- **Garantir um programa de assistência social e acompanhamento psicológico para os servidores da Guarda Municipal;**

- **Promover a reestruturação das técnicas de treinamento da Guarda Municipal de acordo com uma formação democrática fundamentada na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;**

- **Valorizar os servidores da Guarda Municipal, garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho.**

- **Regulamentar (mediante um ato normativo) o uso da força por agentes da Guarda Municipal, proibindo o uso de técnicas, equipamentos, armas e munições que provoquem risco injustificado (especialmente quando se trata do uso de armamento menos letal, como balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta);**

- **Investir em programas de prevenção da exploração sexual infantojuvenil, trabalhando em parceria com os municípios do estado;**



Queremos uma cidade criativa, divertida e alegre que ofereça à população diversas possibilidades de Esporte e lazer. O direito ao lazer precisa ser reconhecido como um elemento fundamental para a garantia do direito à cidade. E a gestão democrática do espaço público deve ser compreendida como uma tarefa decisiva para o pleno desenvolvimento da cidadania. Uma cidade que promove o esporte e o lazer é, acima de tudo, uma cidade feliz e saudável.

Prioridades e compromissos:

- **Realizar um levantamento dos equipamentos públicos e quadras esportivas existentes na cidade para medir a influência sobre os diferentes territórios e desenvolver políticas de recuperação e manutenção da rede existente, bem como de construção de novos equipamentos e quadras em regiões que ainda não foram beneficiadas;**
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um programa voltado para a construção (ou reforma) de quadras poliesportivas nas escolas da rede municipal de educação;**
- **Estabelecer um calendário municipal de competições esportivas nas diversas modalidades, definindo uma estratégia de fortalecimento dos esportes amadores e do esporte de alto rendimento, integrando os clubes e as escolas da cidade;**
- **Construir academias públicas nas regiões de Campo Grande/MS, incluindo equipamentos adaptados às pessoas com deficiência.**
- **Estimular a participação das mulheres**
- **Estimular a prática de atividades físicas e esportiva entre crianças e adolescentes como instrumento de formação cidadã.**
- **meninas nos esportes;**
- **Apoio à Pesquisa Esportiva.**
- **Estimular o esporte paralímpico em Campo Grande/MS**
- **Implantar a campanha de estímulo à prática esportiva com frequência**
- **Estimular torneios entre escolas incluindo competições paralímpicas.**
- **Implementação de um plano que tenha como objetivo ampliar as áreas de lazer e descanso na cidade, reconhecendo a importância de praças, parques e bosques, recuperando os espaços públicos perdidos nos últimos anos e abrindo novas áreas nos bairros mais carentes desses equipamentos urbanos, aproveitando as garagens, quadras, armazéns e terrenos baldios da prefeitura que estão abandonados, desconfigurados ou subutilizados;**
- **Progressiva implementação de banheiros e bebedouros públicos nas praças e parques urbanos da cidade;**
- **Priorizar pedestres e ciclistas nas políticas de mobilidade urbana;**

- **Progressiva implementação de um programa de reforma e adaptação das calçadas, praças, parques, veículos de transporte coletivo, prédios públicos e equipamentos urbanos da prefeitura para garantir o direito de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida (sejam idosos ou com deficiências);**
- **Implantar linhas de ônibus específicas para a articulação dos bairros com as áreas públicas de lazer da cidade.**
- **Planejar, junto com os conselhos de moradores de cada região, o fechamento de vias urbanas em diferentes bairros da cidade para promover o lazer nos finais de semana em todas as regiões do município;**
- **Implantação de um programa de Brinquedotecas nas Comunidades, com o objetivo de criar espaços e alternativas lúdicas para as crianças, resgatando brinquedos e brincadeiras que fazem parte da cultura popular.**
- **Criação de mais centros esportivos e de lazer nas regiões de Campo Grande/MS.**



Nosso governo assumirá compromisso inequívoco com a luta pelos direitos das mulheres e combate à violência de gênero. Para tanto, frequentemente a Administração deverá oferecer condições diferenciadas para o exercício dos serviços públicos por parte das mulheres favorecendo sua independência econômica, a proteção contra a violência doméstica e vulnerabilidade social, o acesso à habitação popular, ao transporte digno, dentre outros.

A gestão CRIS DUARTE & VAL ELOY terá como foco garantir um atendimento que dê atenção integral à saúde reprodutiva e sexual da mulher, especialmente às vítimas da violência doméstica e do estupro. É fundamental garantir que as mulheres tenham acesso aos serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade e que as políticas de saúde da mulher não sejam destinadas apenas às questões reprodutivas, mas também às formas de prevenção de DST's, atenção básica, saúde mental, entre outras.

Prioridades e Compromissos:

- **Criação imediata da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres com garantia de orçamento e equipe especializada na área.**
- **Criação de programa de capacitação profissional e geração de renda voltado às mulheres vítimas de violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade social.**
- **Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais, mulheres ciganas, mulheres com deficiência e inserção no mercado de trabalho das mulheres em regime semiaberto e egressas do sistema prisional.**
- **Garantia de acesso ao trabalho com equidade de gênero, estabelecendo paridade**

entre mulheres e homens, considerando cor/raça e diversidade, nos cargos de direção do Executivo, na Administração pública direta ou indireta.

- **Prioridade para mulheres em situação de violência para aquisição de habitação em programas de moradia e de emprego.**
- **Desenvolver campanhas de combate à violência contra a mulher e esclarecimento dos direitos das mulheres nas áreas rurais.**
- **Realizar concurso público para profissionais especializados no atendimento de mulheres em situação de violência.**
- **Em atuação conjunta entre a SPM (Secretaria de Política para Mulheres) e outras secretarias municipais, como Educação, Saúde e Cultura, promover políticas específicas para as mulheres, a saber: educação não sexista; programas destinados à saúde da mulher; e campanhas culturais de combate à cultura da violência.**
- **Organizar equipes multiprofissionais nos serviços de saúde de forma que qualquer profissional esteja apto a atender com respeito à mulher vítima de violência.**
- **Implantação dos Centros de Referência e Atenção a Mulher em situação de violência em todas as regiões da cidade que garantam acompanhamento jurídico, psicológico às mulheres vítima de violência.**
- **Atender de forma prioritária mulheres em situação de violência em programas de trabalho e renda e moradia.**
- **Criar serviço telefônico municipal de orientação a mulheres vítimas de violência.**



POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
viver sem limites

A cidade ainda não é para todos. Tal afirmação pode ser vista na questão da acessibilidade, já que o município - principalmente na periferia - não conta com calçadas nem vias públicas preparadas para o livre fluxo de pessoas com algum tipo de deficiência.

Neste contexto, apesar de termos ao nosso lado a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), faz-se necessária sua implantação plena.

Prioridades e Compromissos:

- **Criação da Secretaria de Políticas para Pessoas com Deficiência com o objetivo de desenvolver um plano de metas e ações com a participação da população de acordo com as demandas locais com foco na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias.**
- **Propor legislação municipal que assegure os direitos da população com deficiência.**
- **Promover a inclusão, permanência e desenvolvimento profissional de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.**
- **Promover políticas públicas de Cultura, Esporte e Lazer com e para as pessoas com deficiência.**
- **Promover a política de acessibilidade em todas as regiões da cidade.**



O segmento LGBT que contempla pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneras merecerá atenção especial da administração municipal por se tratar de um do coletivo alvo de violência e discriminação explícitas, que atingem a sua condição humana.

É dever do Executivo Municipal instituir políticas públicas, nas mais diversas áreas, que assegurem a sua dignidade e que possibilitem o livre exercício da cidadania e do protagonismo social.

Prioridades e Compromissos

- **Criar e Fortalecer o Conselho Municipal LGBT**
- **Fomentar políticas de trabalho e geração de renda pensada com membros do conselho LGBT.**
- **Propor legislação municipal que assegure os direitos da população LGBT e que sancione administrativamente as discriminações e discursos de ódio motivados por orientação sexual e por identidade de gênero no âmbito da administração municipal.**
- **Capacitação obrigatória e sensibilização dos servidores públicos municipais, bem como de todos os agentes públicos de segurança, para as questões LGBT.**
- **Incentivar a criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária voltada ao segmento LGBT.**
- **Garantir vagas em programas de jovens aprendizes e bolsa trabalho para a juventude LGBT por meio de cotas.**
- **Apoio a eventos culturais do calendário LGBT**
- **Criar cotas para travestis, mulheres transexuais e homens trans em serviços públicos municipais.**
- **Criação ou manutenção de programas com bolsas que visem a garantir acesso e permanência na educação básica, formação e inserção profissional de transexuais e travestis, com vagas em tais programas correspondentes à demanda necessária para esse público.**
- **Criar programa que assegure o acesso ao trabalho e à qualificação profissional de travestis e transexuais egressas do sistema carcerário.**
- **Formação continuada de agentes públicos que operacionalizem as políticas de trabalho, em especial os que realizam oficinas de orientação ao trabalho em relação a direitos LGBT, assédio moral em espaços de trabalho e LGBTfobia em processo de seleção.**



POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Prioridades e Compromissos

- **Promover a participação nos diversos conselhos regionais e temáticos para que colaborem na formulação de políticas públicas, bem como exerçam o controle social;**
- **Incentivar programas formativos que apoiem os jovens na elaboração de projetos sociais, visando subsidiar a atuação das organizações em movimentos juvenis;**
- **Apoiar a organização dos estudantes nos grêmios estudantis e outras formas associativas.**
- **Criação de programas municipais de crédito e micro crédito para jovens empreendedores.**
- **Qualificação profissional para Jovens.**
- **Criação de um banco de empregos especial para jovens em conflito com a lei, para coibir a reincidência e permitir sua re-sociabilização;**
- **Combater o serviço precário da juventude, com a criação de premiações para o “empresário Parceiro da Juventude”.**
- **Implantar programas para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ações de esclarecimento e prevenção da gravidez indesejada voltados para adolescentes e jovens;**
- **Promover Programa de incentivo às jovens mulheres para realização de exames ginecológicos ainda na adolescência e primeira juventude;**
- **Ampliar o acesso e divulgar as ações dos Centros de atenção Psicossocial (CaPS) e do programa de redução de danos.**
- **Promover programações para a juventude nos diversos equipamentos culturais da cidade;**
- **realizar um mapeamento do perfil sociocultural dos jovens, promovendo um cadastramento dos diversos grupos culturais da cidade e divulgando-o para possibilitar o apoio às diversas iniciativas juvenis.**
- **Comunicação e inclusão digital**
- **Criar o projeto Jornais Juvenis**
- **Promover eventos para a juventude que tenham como temática o meio ambiente e a economia solidária.**
- **Realizar campanhas afirmativas e de valorização da juventude negra.**
- **Garantir a participação dos jovens na elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude;**



- **Promover os direitos da pessoa idosa na área da saúde, por meio de integração de programas e linhas de cuidado com as ações desenvolvidas nos equipamentos públicos de esporte, lazer e cultura.**

- **Implantar Casas ou Centros-dia.** As Casas ou Centros-dia são locais de apoio ao idoso dependente (sem autonomia) em interface com as famílias que não possuem recursos para pagar cuidadores. Os idosos são deixados de manhã pelos familiares e retirados à tarde;

- **Ampliar os Centros de Convivência,** locais planejados para acolher e possibilitar convivência e interação social entre idosos dotados de autonomia.

- **Criar programas sociais de moradia destinada ao público idoso de baixa renda, (1) a partir da reabilitação de edifícios vazios e/ou obsoletos para uso habitacional; (2) da produção de condomínios compostos por famílias com perfil heterogêneo, garantindo sempre a prioridade de atendimento para a faixa de zero a três salários mínimos; (3) da locação social para demandas específicas;**

- **Criar núcleos de combate à violência contra o idoso com atendimento multiprofissional;**

PSOL | CAMPO GRANDE - MS

PLANO DE GOVERNO POVOS INDIGENAS



CRIS VAL
DUARTE e LOY
PSOL
PREFEITA COPREFEITA

INTRODUÇÃO

Este Plano apresenta as principais propostas da candidata a coprefeita Val Eloy, da chapa com Cris Duarte, para a prefeitura do município de Campo Grande no período de 2021-2024, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSol). A proposta foi construída com base na experiência e cosmovisão indígena, com base nas principais demandas para essa população que reside em Campo Grande, e contou também com a participação ativa das lideranças indígenas das aldeias e comunidades urbanas da cidade.

O estado do Mato Grosso do Sul é o segundo maior estado em população indígena, somando 80.459 habitantes, representados por 08 etnias: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató. Campo Grande, capital do estado, abriga uma expressiva população indígena residente não só na área metropolitana da cidade, mas também em suas aldeias, sendo as oficializadas pelo município: Marçal de Souza, Darcy Ribeiro, Água Bonita e Tásila do Amaral. Além das aldeias reconhecidas, existem 5 comunidades indígenas em processo de reconhecimento, sendo elas: Jardim Inápolis (Indubrasil), Água Funda, Núcleo Ceramista, Aeroporto e Guanandi. Recentemente reconhecidas são as comunidades indígenas de Santa Mônica, Estrela da Manhã e Paravá. Historicamente, essas aldeias, comunidades e suas populações são esquecidas pelas gestões administrativas do município no que tange a políticas públicas e a execução dos direitos que atendam as especificidades dos indígenas.

Val Eloy é mulher Terena, proveniente da Aldeia Ipegue no município de Aquidauana e fundadora da Aldeia Urbana Tumuné Kalivono ("Futuro da Criança", na Língua Portuguesa), que atualmente se chama Inamati Kaxé ("Novo Dia", na Língua Portuguesa), em Campo Grande, onde foi a primeira mulher cacique na aldeia e segunda cacique mulher de toda a história do povo Terena, antecedita por Enir (Marçal de Souza). Val já residiu na aldeia e também já residiu na cidade, perpassou por esses dois mundos e contextos onde os povos indígenas estão inseridos hoje. Enquanto conviveu na aldeia em área rural, percebeu o quanto a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) é sucateada, a educação escolar indígena fragilizada e o território negado. Já como moradora de uma aldeia dentro de Campo Grande, percebeu que a invisibilização e abandono por parte dos agentes públicos para com os indígenas era bem maior: a SESAI nega atendimento, a educação escolar rejeita o conhecimento ancestral indígena e sufoca as culturas e o território que além de negado é também marginalizado geográfica e socialmente.

Segundo dados das lideranças, Campo Grande possui 17 mil indígenas. O Plano de Governo aqui delineado representa o ativar da governança indígena de Campo Grande e assume o compromisso com esses povos de trazê-los a luz das políticas públicas. Esse mandato promete pintar com urucum e jenipapo a capital até que não reste mais dúvidas de que Campo Grande é solo ancestral e sagrado indígena. O BRASIL É TERRA INDÍGENA!

EIXOS E PROPOSTAS POLÍTICAS



- Atenção ao atendimento primário nas aldeias: monitoramento e acompanhamento dos indígenas.
- Capacitação dos profissionais de saúde indígena.
- Instituição de Tradutores de línguas indígenas, em especial, pela expressiva população, da língua Terena em todos os postos de saúde e hospitais.
- Implantação de academias ao ar livre nas aldeias urbanas e a disponibilização de profissional de saúde para práticas de exercícios físicos, para melhoria da qualidade de vida dos indígenas.
- Viabilizar parceria para reabrir o Polo da SESAI em Campo Grande;
- Reivindicar atualização cadastral por parte do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), vinculado ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, das populações urbanas para atendimento médico primário básico e demandas funerárias atualmente negadas a essa população, etc;
- Garantir o acesso à água potável nas comunidades, evitando sofrimentos como os que acontecem historicamente com a comunidade indígena do Jardim Inapólis.
- Disponibilizar Agentes de Saúde Indígena nas comunidades.
- Criar Postos de Saúde e UBS's dentro das comunidades, para evitar deslocamento longínquos.
- Criar estratégias, planejamento e diálogo com as CASAI e com o DSEI-MS para atendimento da população indígena de Campo Grande.
- Criar um núcleo municipal Indígena na Secretaria Municipal de Saúde com gerenciamento de profissional indígena, com as seguintes abrangências mínimas: infraestrutura, ambulatório volante, com especialistas voltados para o atendimento oftalmologista, odontológico, psicológico, etc.
- Garantir, através de projeto, o acesso dos indígenas a atendimento oftalmológico e lentes corretivas.
- Implantar um centro de coleta de resíduos sólidos, evitando a contaminação e prejuízos à saúde, em todas as comunidades indígenas de Campo Grande.
- Criar um posto de saúde 24 horas no Jardim Inapólis.



- Cobrar e legitimar a educação das culturas e línguas indígenas.
- Atenção especial as condições educacionais em que se encontram as crianças indígenas, estejam elas nas creches (EMEI's - Escolas Municipais de Educação Infantil) ou nas escolas de nível fundamental/municipal.
- Criar extensões e polos escolares indígenas em aldeias populosas, evitando longos deslocamentos dos alunos.
- Criar o Núcleo de Formação e Aprimoramento de Professores Indígenas de Campo Grande.
- Obrigatoriedade de disciplinas e conteúdos que abordem com seriedade e responsabilidade as questões das pessoas negras e indígenas, em consonância com a Lei Federal 11.645/2008.
- Obrigatoriedade do ensino da Língua Terena e História e Arte Indígena nas escolas municipais onde estão as crianças indígenas.
- Criar, instalar e estruturar um núcleo de educação indígena na SEMED com profissionais indígenas.
- Criar o Censo Escolar Indígena, com avaliação anual dos alunos e um detalhamento das etnias, séries e desenvolvimento desses alunos.
- Produção de material didático de áudio e vídeo de autoria indígena.
- Garantir em todas as escolas onde hajam alunos indígenas a presença proporcional de professores indígenas.
- Construir a Casa do Acadêmico Indígena com estrutura e gerenciamento por parte do município.
- Criar o Lar dos Estudantes Indígenas em Campo Grande, para os universitários que vêm ao município em busca de profissionalização em situação de vulnerabilidade social.



Povo e Território

- Etnomapeamento das aldeias indígenas de Campo Grande.
- Lutar pelo reconhecimento dos territórios indígenas da cidade.
- Censo geográfico das comunidades indígenas de Campo Grande.
- Regularizar, em parceria com a ENERGISA e com a ÁGUAS GUARIROBA, a energia elétrica e fornecimento de água para as comunidades indígenas.
- Fornecer e melhorar a iluminação das vias públicas da cidade, sem esquecer as comunidades indígenas e as periferias.
- Pavimentar trechos principais das aldeias e comunidades indígenas.
- Trabalhar para o reconhecimento das comunidades de Campo Grande e sua regularização fundiária.



Mulheres Indígenas

- Combater com ações concretas a violência contra mulheres indígenas, com a conscientização das mesmas, socorro e apoio psicológico.
- Criação do setor de atendimento diferenciado a mulheres indígenas e negras em situação de violências múltiplas, com a contratação de uma intérprete da Língua Terena.
- Instituir Programa de atenção à saúde da mulher indígena.
- Dar atenção especial à Saúde Reprodutiva da Mulher Indígena, dando acesso, através do SUS, inclusive a tratamentos de fertilização.



Criança Indígena

- Combate à violência contra crianças indígenas.
- Monitorar nos primeiros semestres do mandato os índices de violência praticadas contra crianças em Campo Grande, incluindo eixos como desnutrição, pedofilia, agressão, abandono e situações que comprometam a educação e evolução das mesmas.
- Concluir as obras inacabadas das Escolas Municipais de Educação Infantil em Campo Grande, como no caso da unidade que atenderia a população da comunidade Nova Canaã.
- Planejar a criação de Escolas Municipais Indígenas de Educação Infantil nas comunidades, com direção e quadro de profissionais indígenas.
- Promover oficina de literatura infanto-juvenil indígena em todas as escolas onde houver clientela indígena.



Juventude Indígena

- Fornecer cursos com acadêmicos, em parceria com as instituições de ensino superior, para alunos indígenas do ensino médio sobre ingresso e permanência no Ensino Superior.
- Criar espaços de esporte e lazer nas comunidades indígenas.
- Apoiar eventos promovidos pelos jovens.
- Trabalhar através de palestras e oficinas o tema da gravidez na adolescência e prevenção à IST's para jovens indígenas.
- Criar cursos pré-vestibular gratuito para alunos indígenas, negros e deficientes.



Cultura e Turismo

- Prestigiar e incentivar as manifestações culturais das aldeias e comunidades indígenas de Campo Grande.
- Criar espaços e fortalecer oportunidades para os artistas indígenas e negros da capital.
- Fornecer apoio e visibilidade dos artesãos indígenas de Campo Grande, para fortalecer essa alternativa de renda.
- Construir mais áreas que elucidam a temática indígena e um Centro Cultural Indígena com protagonismo e gestão dos mesmos.
- Registrar e oficializar a história da ocupação dos povos indígenas em Campo Grande.
- Ter interprete de Terena nos locais públicos de Campo Grande.
- Oficializar o "Dia do Orgulho Indígena" no município, com desfile cívico e apresentações.
- Criar o Projeto "Vemou Kopenoti", para levar o ensino da Língua Terena aos não falantes nas comunidades indígenas, com a contratação da mão-de-obra indígena.
- Instituir o projeto "Minha Arte, Minha Identidade", de oficinas de arte indígena e de povos e comunidades tradicionais.
- Tratamento específico e diferenciado as pessoas indígenas em todos os espaços públicos, seguindo seus calendários de eventos importantes e fatores culturais.
- Incluir nos eventos culturais/econômicos do município o recorte indígena.
- Entabular com o Estado um convênio para garantir aos povos indígenas o efetivo uso do espaço do Parque das Nações Indígenas.
- Fortalecer e promover a tradicional "Semana dos Povos Indígenas", que acontece na semana do dia 19 de abril.



Desenvolvimento Econômico e Social, Emprego e Renda

- Apoio efetivo aos pequenos e micro empresários indígenas, negros, mulheres e pessoas com deficiência.
- Criar o projeto “Ovonguke”, garantindo moradia para pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade.
- Incentivo à agricultura familiar e pequenos produtores.
- Criação de cursos profissionalizantes, com aproveitamento de profissionais indígenas, negros, mulheres e de pessoas com deficiência.
- Criação do polo de informática em aldeia de Campo Grande para combater a exclusão digital que acomete os povos indígenas.
- Garantir através de projetos, oficinas e ações o acesso a internet e informação as populações das periferias da cidade.
- Lutar pela implementação do serviço de fornecimento de cestas básicas da FUNAI para população indígena das aldeias de Campo Grande.
- Cadastrar e regularizar os cadastros das famílias no programa de alimentação direcionado aos povos indígenas da cidade através do CONAB.
- Fornecer atendimento específico nas comunidades para regularização e cadastro das famílias no Vale Renda e no Bolsa Família.
- Criar um banco de dados das Associações que existem nas comunidades e suas funções.
- Implantar um CRAS e CREAS específico para as Comunidade Indígenas em contexto urbano, com a contratação preferencial de indígenas formados na área do Serviço Social.
- Criar um banco de profissionais indígenas de todas as áreas, para contratações das empresas.
- Elaborar projetos municipais direcionados a comunidade indígena que possam ter como parceiros e executores os estudantes universitários indígenas.
- Criar dormitórios com infraestrutura humana de estadia digna das feirantes que trabalham no Mercado Municipal de Campo Grande.



Esporte

- Fortalecimento dos educadores físicos indígenas e negros de Campo Grande.
- Criação e oficialização de data específica no calendário da cidade para realização dos “Jogos dos Povos Indígenas”.
- Criar quadras de esporte em todas as aldeias, para as práticas de atividades físicas da população.



Funcionalismo público

- Obrigatoriedade da disponibilidade de reserva de vagas destinados a negros e indígenas nos editais para Concursos Públicos do município.
- Concurso específico para indígenas, visando provimento de vagas nas aldeias e locais públicos da cidade nas áreas de saúde, educação, etc.



Meio ambiente

- Proteção das áreas verdes existentes na cidade.
- Criação de projeto para plantio de árvores frutíferas e nativas no espaço urbano de Campo Grande.
- Criação do Centro de Medicina Vegetal Tradicional, com cedência de mudas de plantas medicinais para os moradores que se interessarem a obtê-las.
- Implementação de Saneamento Básico nas aldeias.
- Limpeza eficaz nas aldeias e criação da cultura de reciclagem, com apoio financeiro a projetos que se baseiam em práticas sustentáveis.
- Analisar a qualidade hidrológica das aldeias.
- Fortalecer a agricultura familiar, criando espaços para a manutenção de hortas comunitárias.



Segurança Pública e Defesa Social

- Fortalecer policiamento nas aldeias urbanas de Campo Grande, somando esforços as tentativas das lideranças regionais em proteger as vidas indígenas.



Transporte Público

- Criar pontos de embarque e desembarque dos transportes coletivos dentro das comunidades indígenas, para que sua população não precise se locomover em longos percursos para encontrar o transporte.
- Instituir terminais de ônibus mais próximos as aldeias.

CORAGEM É UM SENTIMENTO COLETIVO.
CRIS DUARTE

